

## AS MUDANÇAS NA INTERVENÇÃO SOCIAL DO CATOLICISMO BRASILEIRO

André Ricardo de Souza

### Resumo

A chamada face social do catolicismo brasileiro, como parte da sociedade abrangente, passou por significativas alterações ao longo do século XX. Esse processo se desenvolveu desde as ações orientadas pelo princípio de caridade assistencial, com destaque para o movimento vicentinista, até aquelas de caráter eminentemente político, alicerçadas na idéia de *libertação*, preponderantes nas Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais. Neste início de século, a despeito da preservação de algumas iniciativas progressistas e do politizado discurso institucional da Igreja, através da CNBB, há uma espécie de retomo ao passado, em termos de práticas de intervenção social em muitas dioceses e paróquias. O presente trabalho, fruto de pesquisa de doutoramento, trata desse ciclo de mudanças.

### Palavras-chave

Doutrina social católica. Caridade assistencial. Teologia da Libertação. Igreja e política. Economia solidária.

### THE CHANGES IN THE BRAZILIAN CATHOLICISM'S SOCIAL PRACTICE

### Abstract

The called social face of the Brazilian Catholicism, as the entire society, has had important changes throughout the 20<sup>th</sup> century. This process developed itself from actions oriented by the principle of assistance charity, especially through the Vicentinist Movement, until those ones of political character, based on the idea of *liberation*, predominant at the Christian Base Communities and Social Pastorals, In this century beginning, in spite of some progressist initiatives and the politized institutional speech of the Catholic Church, by means of CNBB, there is a kind of back to the past, in terms of

social intervention practices in many dioceses and parishes. This article, result of a doctoral research, presents those cycle of changes.

### **Keywords**

Catholic social doctrine. Assistance charity. Liberation Theology. Politics and Church. Solidary economy.

## **1 A caridade católica**

O apelo à caridade está presente nas grandes religiões mundiais, com destaque para o cristianismo. Historicamente, seus adeptos conceberam o socorro e a esmola aos mais pobres e necessitados como meios de remissão de pecados. A doação de supérfluos a pessoas carentes é um imperativo moral desse universo religioso, afinal essa ação é pensada como contribuição individual para o combate à injustiça do mundo, em colaboração com Deus. A motivação religiosa para a caridade gerou inúmeras instituições beneficentes, que perduram nas sociedades contemporâneas.

Na Igreja Católica, a prática caritativa foi por longo tempo entendida como expressão concreta e exclusiva da religiosidade na vida social, segundo o princípio bíblico de que "a fé sem obras é morta". Através da ajuda aos pobres, não se pensava em mudar a estrutura social, mas apenas corrigir pontualmente situações de desamparo extremo. Sob influência do clero, homens ricos costumavam deixar parte de sua herança para a Igreja e suas obras beneméritas, no intuito de obter perdão de pecados e salvação para a alma. Essa é a origem de vários templos e demais patrimônios católicos.

O sacerdócio é concebido como poder de mediação, através do domínio do conhecimento teológico, e também como serviço à comunidade de fiéis. Na Europa dos séculos IV e V, os clérigos assumiram o cuidado das pessoas mais carentes de suas áreas de atuação, sendo reconhecidos como "pais dos pobres". Os bispos criaram a diaconia, serviço específico de amparo aos miseráveis das cidades, feito em determinadas regiões por religiosos designados. Esse serviço desenvolveu-se gradativamente até somar-se no século XII a uma mobilização mais ampla, pela criação de instituições que mais tarde seriam chamadas hospitais, onde os pobres eram acolhidos, Tratados E Também Confinados (MÜLLAT, 1989, p. 39; CHIZOTTI, 1991,

p. 15-16; ROSEN, 1994, p. 67-68). Albergues, asilos e orfanatos também decorrem desse processo de projeção do valor da caridade cristã na sociedade abrangente.

A Igreja Católica mudou em parte sua relação com os pobres, a partir da ação pastoral das ordens mendicantes. Domingos de Gusmão (1170-1221) e Francisco de Assis (1182-1226) deram forte testemunho ao deixar a privilegiada condição social em que viviam para ir ao encontro dos pobres, passando a viver com eles. Ao assumir literalmente a pobreza como condição de vida, eles radicalizaram o seguimento do modelo de conduta do próprio Cristo. Pode-se dizer que franciscanos e dominicanos resgataram antigos valores cristãos, lançando um "novo olhar sobre os pobres" (MOLLAT, 1989, p. 115; CHIZOTTI, 1991, p. 17).

A Reforma Protestante alterou significativamente a vida religiosa e cultural da Europa. Além do abalo na Igreja Católica, ela provocou uma mudança na concepção da origem e do significado social da pobreza. A partir da valorização do trabalho, como componente fundamental para a salvação individual, o pobre passou a ser visto de modo mais incisivo como alguém não afeito ao esforço, portanto um pecador (WEBER, 2004). Essa influência cultural protestante contribuiu para o enfraquecimento das obras assistenciais.

Com a Contra-Reforma, a Igreja Católica promoveu uma revalorização da beneficência. Surgiram novas congregações religiosas com espírito missionário, a fim de fazer espalhar o catolicismo, além de promover obras caritativas. Algumas abraçaram a educação formal como um serviço a prestar à sociedade. Foi nesse contexto que apareceu na história da Igreja a figura de Vicente de Paulo (1581-1660). Padre e bacharel em teologia, foi escolhido pela rainha Margarida de Valois para distribuir esmolas aos pobres em seu nome. Empenhou-se em visitar e consolar doentes e fundou a Confraria da Caridade (1617) - que se tomaria a Associação Internacional da Caridade -, a Congregação dos Padres da Missão (1625) - que passariam depois a ser chamados lazaristas - e, junto com Luiza de Marillac, a Confraria das Filhas da Caridade (1633). Vicente de Paulo foi canonizado em 1737 pelo papa Clemente XII e, em 1885, foi proclamado por Leão XIII "patrono de todas as obras de caridade da Igreja Católica", inspirando a criação de diversos organismos que levam seu nome (DUARTE, 1987; SIX, 1991).

No século XIX, a caridade católica passou por uma renovação expressiva, a partir do surgimento de uma importante associação beneficente

internacional, batizada de Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). A Sociedade teve origem em Paris, a partir de um grupo de estudantes, movidos pelo desejo de "cobrir o mundo inteiro com uma rede de caridade" (CHIZOTTI, 1991, p. 43). Esses estudantes reuniam-se nas folgas de suas aulas para aprofundar seus estudos e discutir questões de interesse comum. Na reunião de 23 de abril de 1833, o grupo passou a se autodenominar Conferência da Caridade. Após um ano e meio de existência, havia aproximadamente cem confrades envolvidos. Houve inicialmente um desmembramento deste primeiro núcleo e depois a formação de outras conferências, sendo então criado um conselho central para articular todas as unidades. Em 1835, foi estabelecido um regulamento a fim de normatizar as práticas das conferências, tomando-as então membros da Sociedade São Vicente de Paulo.

O líder dos jovens vicentinos era Frédéric Ozanam. Nascido na Itália em 1813 e crescido na cidade francesa de Lyon, Ozanam dedicou-se aos estudos, cursando filosofia, literatura e direito. Veio a tornar-se professor da Universidade de Paris - a Sorbonne -, onde introduziu o estudo do catolicismo. Ozanam conviveu com cientistas, filósofos e escritores, procurando sempre afirmar sua identidade religiosa.†

Até 1848, o vicentinismo se caracterizou pela mobilização generalizada de estudantes, não em caráter de protesto, muito menos revolucionário, mas sim de pressão moral pelo amparo da sociedade parisiense a seus cidadãos mais necessitados. Naquele ano, os jovens membros da SSVP se viram num contexto de fortes manifestações populares, decorrentes do desemprego e da falta de liberdade civil, em grande parte da Europa. Na França, no mês de fevereiro, trabalhadores, estudantes e a Guarda Nacional rebelaram-se, forçando a abdicação do rei Luís Felipe de Orléans e proclamando novamente a República, para ser então democrática. A classe burguesa viu-se obrigada a ceder às reivindicações expressas na revolta. Foi formado um governo provisório e concedidos direitos trabalhistas, além do sufrágio universal.

---

† Em 22 de agosto de 1997, por ocasião da XII Jornada Mundial da Juventude, Ozanam foi beatificado pelo papa João Paulo II na Catedral de Notre-Dame de Paris. É reconhecido como grande responsável pela propagação das obras de caridade da Igreja Católica, ao lado de São Vicente de Paulo (RIVIERES, 1986; LABORIE; DUTHOIT, 1997).

A despeito do anticlericalismo de alguns líderes revolucionários, Ozanam também tomou parte desse movimento. No jornal *Nova Era*, que ele ajudou a fundar, publicou um artigo intitulado 'Passemos aos bárbaros', em que denunciava o preconceito entre católicos e revolucionários. Ozanam argumentava que a Igreja não deveria "fechar-se para a história", mas sim solidarizar-se *com* o movimento político dos operários, pois no seu entender as mudanças significavam um avanço em relação ao regime aristocrático. Em abril daquele ano, ele disputou uma vaga de deputado na Assembléia Nacional, que deveria redigir a constituição republicana. Mesmo derrotado nas eleições, no mês seguinte Ozanam ajudou a montar guarda em frente ao prédio da Assembléia Constituinte, para evitar que grupos radicalizados o invadissem. E em 22 de junho, ao perceber a possibilidade de um confronto violento entre a massa de trabalhadores e o exército, ordenado pela burguesia e pela aristocracia, que eram então aliadas do governo, Ozanam apelou a Monsenhor Afré que agisse como mediador do conflito, mas na tentativa este foi assassinado. A insurreição popular provocou a morte de aproximadamente três mil pessoas.

Após o episódio de junho de 1848, instaurou-se o governo republicano francês, composto pelas elites, o qual se manteve até o golpe de Luis Bonaparte e a proclamação do Império hereditário, em 1851. A Igreja Católica, por sua vez, ~~resignou-se a uma atitude de autopreservação, voltando a exercer o papel~~ de instituição culturalmente empenhada na manutenção da ordem social. Apesar dos **avanços** ocorridos a partir da encíclica *Rerum Novarum* (1891), no imaginário de ativistas católicos tal ciclo de conversadorismo teria perdurado na Igreja até meados do século XX, quando o Concílio Vaticano II a renovou (GORBY, 1983; SAMPAIO, 2002, p. 8-14).

Marcada pelo ativismo político, a história de Frédéric Ozanam contrasta com o que viria a se tornar a Sociedade São Vicente de Paulo, a qual rejeita a militância partidária e prega uma ação essencialmente

---

<sup>2</sup> Tido como "nem liberal, nem socialista", Ozanam foi um ativista político bastante engajado. Por ocasião de sua beatificação, um periódico parisiense publicou: "Este intelectual comprometido, **um** pioneiro do catolicismo social e amigo de Lacordaire, não tem um perfil neutro. Vinte anos antes de Marx, ele escreveu linhas que o autor de O Capital não renegou [...] Se é verdade que todas as santificações são atos políticos, esta é um testemunho a favor da ala progressista da Igreja." (*Le Journal du Dimanche*, 17 ago. 1997, tradução nossa).

despolitizada e discreta. A SSVP está presente em paróquias, escolas e também no âmbito de categorias profissionais. Os vicentinos dedicam-se sobremaneira a visitas domiciliares, levando alimentos, além de roupas e remédios para famílias carentes. Eles exercem uma prática assumidamente assistencialista, com um viés de paternalismo, **sem** a preocupação de questionar as causas e os mecanismos de reprodução da pobreza na sociedade.

O vicentinismo não é uma ação social, não visa modificar e revolucionar a sociedade. É uma ação pessoal, que se estabelece entre seres humanos, colocados em situações diferentes [...] Tira a força de sua atividade não da razão prática ou revolucionária, mas do sentimento de bondade, mais do que da justiça, do dever da caridade, que aproxima *o que dá daquele que recebe e beneficia este com o socorro material e aquele com bens espirituais.*

(CHIZÜTTI, 1991, p. 229).

Entre ajudar os pobres, dando-lhes o que necessitam de imediato ou organizá-los para a busca de melhora de vida, via ação política, os confrades vicentinos historicamente fizeram a primeira opção. Abominam a revolução, desconfiam dos protestos e pregam a conciliação entre as classes sociais. Por outro lado, o vicentinismo ressignificou a caridade ao valorizar não somente a esmola, mas também a dedicação pessoal aos mais pobres. Promoveu uma democratização do trabalho caritativo, ao transferi-lo dos clérigos e religiosos aos leigos, e também o tomou um serviço organizado e constante, o que propiciou a criação e o desenvolvimento de instituições como asilos, orfanatos, hospitais e creches.<sup>3</sup>

O vicentinismo chegou ao Brasil em 1872, com a formação no Rio de Janeiro da primeira Conferência da Caridade. Esse movimento sempre buscou a proximidade e a legitimação de suas ações por parte do clero, porém sem abrir mão de sua autonomia administrativa, o que confere aos próprios

---

<sup>3</sup> Ao tratar das práticas caritativas no Brasil, devemos antes nos remeter às corporações católicas medievais, que na então Colônia do século XVII tomaram o nome de irmandades, confrarias e ordens terceiras. Entre elas se destacaram as Irmandades da Misericórdia, das quais surgiram em diversas cidades brasileiras as Santas Casas de Misericórdia, hospitais voltados à população mais pobre, e também as Confrarias de Negros, que garantiam sepultamento a escravos e arrecadavam recursos para a obtenção de alforrias (AZZI, 1994).

confrades leigos as deliberações nas conferências. Desde sua fundação, a SSVP dispõe de um regulamento, que notadamente veda a participação de não católicos, bem como a publicidade das ações caritativas realizadas."

A caridade vicentina tomou-se a um só tempo instrumento de atração de adeptos para o catolicismo internalizado, próprio dos grupos paroquiais, e de legitimação social da Igreja Católica frente a setores anticlericais da sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX. A SSVP assumiu a oposição católica à maçonaria aristocrática e ao anarquismo e comunismo operários, desencadeada pela hierarquia da Igreja. Porém o fez não de modo conflitivo, mas por meio da intensificação das atividades caritativas e estritamente religiosas. Diante das questões sociais que eclodiam, o vicentinismo confinou-se ao cumprimento rígido de suas normas, ajudando pessoas em estado de miséria, mas omitindo-se de debates teóricos e repudiando conflitos (CHIZÜTTI, 1991, p. 253-256).

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas iniciava uma nova fase da vida política nacional, estabelecendo uma relação estreita com a Igreja Católica. Nesse contexto, o vicentinismo pôde desenvolver plenamente suas atividades, chegando ao apogeu de sua história no país, então fortemente marcado pela cultura paternalista. Nessa confluência doutrinária, os pobres deveriam ser assistidos e apaziguados, através da moral cristã, marcada pela resignação. Deve-se registrar, no entanto, que as condições de vida das camadas mais pobres da sociedade brasileira inegavelmente teriam sido piores no início do século XX sem o trabalho dos vicentinos, bem como de outros movimentos religiosos, dentro da Igreja Católica' e também fora dela",

---

<sup>4</sup> A célula do movimento vicentinista é a Conferência, grupo formado por no máximo 15 integrantes. Um conjunto de Conferências é chamado Conselho Particular, cuja instância superior é o Conselho Central. Na seqüência hierárquica, vem o Conselho Metropolitano, que junto com outros compõem o Conselho Nacional, cuja sede no Brasil é no Rio de Janeiro; e depois o Conselho Geral Internacional, que é sediado em Paris. Em 2007, a SSVP se faz presente em 135 países, sendo o Brasil o mais vicentinista deles, com aproximadamente 250 mil membros. Historicamente associado aos católicos da elite econômica do país - entre eles, os ex-presidentes da República Gaspar Dutra, Juscelino Kubistschek, Castelo Branco, Costa e Silva, Tancredo Neves e José Sarney -, o movimento se beneficiou de doações financeiras significativas para a realização de suas obras (*Jornal do Brasil*, 24 jul. 1995; NOVAES, 1998, p. 120).

<sup>5</sup> Como Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, Damas de Caridade, entre outras iniciativas da área de educação e saúde, principalmente.

A obra vicentina significou na sociedade brasileira, bem como noutras, a permanência do papel medieval da Igreja de auxílio aos mais pobres, em colaboração com o poder temporal e pela preservação da ordem social. Por outro lado, representou uma espécie de elo com o mundo moderno, cuja racionalidade prescreve um modo científico e institucional de lidar com a extrema pobreza. Também na década de 1930, deu-se início ao ensino do serviço social como uma carreira especificamente voltada para amparo de pessoas carentes, bem como teve impulso a Previdência Social, a partir da criação do Ministério do Trabalho, pelo governo de Vargas. A pobreza começava a ser tratada de modo geral, não mais como mero objeto da compaixão religiosa, mas como uma questão de políticas públicas, legitimamente reivindicadas pela sociedade.

## 2 Questão operária e doutrina social da Igreja

Ao final do século XIX, o capitalismo industrial já se havia espreado da Europa aos demais continentes, levando consigo as contradições decorrentes da relação capital *versus* trabalho. A Igreja Católica presenciava o crescimento da desigualdade social, sobretudo nas maiores cidades, que atraíam trabalhadores para viver em vilas operárias ou cortiços, sujeitos a doenças venéreas e demais formas de degradação. O socialismo centralmente planejado ainda não se havia instituído como um sistema de poder, mas sindicatos e partidos operários exclamavam a necessidade de mudanças, exercendo crescente pressão sobre as elites européias.

Foi nesse contexto que o papa Leão XIII promulgou em 15 de maio de 1891 a encíclica *Rerum Novarum*, o primeiro grande documento da Igreja voltado para o mundo exterior, para a chamada *questão social*. Nele, o pontífice denuncia a precária condição de vida operária, apontando o dever do Estado de garantir direitos sociais; e reivindica a liberdade de associação em sindicatos

---

<sup>6</sup> As igrejas protestantes históricas, que começaram a se instalar no Brasil a partir da imigração alemã luterana em 1824, já exerciam algumas práticas filantrópicas (MENDONÇA, 1984). Também no espectro cristão, o espiritismo, fundado em 1857 pelo educador francês Hippolyte Rivail (Allan Kardec), tem como uma de suas características básicas o incentivo à prática da caridade. Esse movimento chegou ao Brasil em 1865, desenvolveu-se e ganhou legitimidade social, sobretudo através da promoção de obras de assistência social (GIUMBELLI, 1997).

para fazer valer "os legítimos interesses dos trabalhadores". Há alguma atribuição de culpa ao capitalismo industrial e também uma condenação veemente do socialismo, já reivindicado pelo movimento operário de então. É proposta "uma verdadeira política social", com valorização do trabalhador, algo que inspirará políticas de cunho trabalhista no século XX.

A despeito da doutrina social, a Igreja permanecia absolutamente rígida em termos de questões morais, concernentes à vida privada e familiar, como defensora ferrenha do patriarcalismo, porém oficialmente contestadora da exploração capitalista. Levaria adiante a ambígua relação de oposição e aliança com a elite dominante de inúmeros países.

No Brasil, quando a *Rerum Novarum* veio a público, o Estado já havia se separado da Igreja? e o fim da escravatura dera início à formação de uma classe trabalhadora composta por grande contingente de imigrantes europeus. Não foi um documento impactante no meio eclesial brasileiro, tampouco na sociedade abrangente, uma vez que o país era essencialmente rural e a indústria praticamente inexistente, portanto não havia ainda uma consciência de classe disseminada.

Com a chegada do século XX, o Brasil republicano começou a conhecer efetivamente o crescimento de algumas cidades, entre as quais se destacava São Paulo. Local de residência dos grandes fazendeiros de café, a capital paulista tomou-se a um só tempo o centro nervoso da economia cafeeira e também o foco da industrialização nacional. A vinda de etnias diferentes tomou a cidade cosmopolita e também conflitiva, uma vez que o anarquismo europeu promovia revoltas contra a exploração do capitalismo industrial. Os anarquistas protagonizaram o desenvolvimento do movimento operário urbano no Brasil, responsável pelas primeiras greves e manifestações de rua. Também os comunistas influenciaram decisivamente na organização da classe trabalhadora (MARAM, 1979; BATALHA, 2000).

A questão social ganhou impulso na sociedade brasileira a partir da ação dos imigrantes europeus nas três primeiras décadas do século passado. No contexto de crítica à sociedade capitalista, a figura do pobre foi colocada de lado, cedendo lugar à do *operário*. A idéia fatalista de pobreza, passível de

---

<sup>7</sup> Essa cisão se deu a partir do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que instituiu a liberdade religiosa. A Constituição republicana de 1891 oficializou o casamento civil e o ensino leigo nas escolas (SCAMPINI, 1978).

misericórdia alheia, foi em parte substituída pela noção de proletariado combativo por direitos cidadãos. A passividade diante da caridade pessoal cedia espaço para as manifestações coletivas por justiça social.

O catolicismo brasileiro, mesmo tendo deixado de ser religião oficial, prosseguia bastante afinado com o governo federal e com os poderes localmente instituídos. Apesar de o Vaticano ter se pronunciado contrário à exploração capitalista, a Igreja permaneceu moralmente avalista da conduta dos capitalistas, inclusive no Brasil. Os bispos repudiavam o ateísmo de viés anarquista e comunista, bem como defendiam o patronato, considerado socialmente responsável e caracterizado na figura do empresário e pai de família exemplar. Em oposição à "promiscuidade" dos cortiços urbanos, os clérigos procuravam engendrar uma austera moralidade, propalada através das missas e do atendimento individual a paroquianos dos bairros aristocráticos e das vilas operárias. Ainda que alguns padres isolados se solidarizassem com reivindicações por direitos civis e sociais, o conjunto da Igreja se punha a favor da obediência e da submissão operária.

O vicentinismo combinava-se bem com o modelo eclesial brasileiro do início do século XX, ao ignorar por completo o enfoque de classe dos problemas sociais, voltando-se exclusivamente para o problema do pobre, do mendigo, da viúva, do idoso, da criança e do doente, procurando levar alívio imediato e ocasional. Mesmo tornando-se menos expressivo no conjunto do catolicismo, o movimento vicentinista atravessou o século com essas mesmas características básicas."

Em âmbito mundial, tomou-se praticamente impossível para a Igreja ignorar os conflitos de classe. A publicação da *Rerum Novarum* efetivamente iniciou um "catolicismo social". A eclosão da I Primeira Guerra Mundial (1914) e da Revolução de Outubro, na Rússia (1917), aumentaram a necessidade de a Igreja voltar-se para fora, posicionando-se frente às contradições e conflitos do mundo urbano e industrializado. Ela procurou

---

8 Ao final do século, o vicentinismo brasileiro combinar-se-ia com algumas pastorais sociais - da saúde, da criança e da **juventude** - na promoção de trabalhos de assistência social, que podem ser considerados a origem de organizações que atualmente se autocalificam como parte do chamado voluntariado ou Terceiro Setor (NOVAES, 1995; LANDIM, 1998).

9 As outras principais encíclicas que compõem a doutrina social da igreja são: *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, 1931; e *Mater et Magistra*, de João XXIII, 1961 (OLIVEIRA, 2001; PONTIFÍCIO CONSELHO DE JUSTIÇA E PAZ, 2005).

estender o alcance de sua doutrina, reafirmando antigos valores morais, como a vida em família e em comunidade, por exemplo. A Igreja voltou-se para o mundo exterior, obviamente em forte oposição ao crescente ateísmo comunista, com o propósito de reforçar a identidade religiosa, sobretudo do operariado.

O pontificado de Pio XI (1922-1939) ficou marcado pelo conservadorismo político, uma vez que através da encíclica *Divini Redemptoris* (1937) ele oficialmente condenou o comunismo e agiu de modo a conceder apoio aos líderes fascistas europeus, Benito Mussolini e Francisco Franco. Estimulou a aliança entre Estado e Igreja como forma de fortalecimento do catolicismo. Sob seu comando, a Igreja formou o amplo movimento de leigos chamado Ação Católica.

No Brasil, o grande líder católico do início do século XX foi dom Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda, de 1916 a 1921, e do Rio de Janeiro, de 1921 até sua morte, em 1942.<sup>10</sup> Com o apoio de Pio XI, dom Leme procurou fortalecer a Igreja no país, através de inserção nas principais instituições sociais, formação de um quadro de intelectuais católicos e alinhamento de práticas religiosas populares a procedimentos ortodoxos, num processo que ficou conhecido como *neocristandade*. Dom Leme buscou aproximação com Getúlio Vargas, cujo período de governo (1930-1945) caracterizou o apogeu da neocristandade no Brasil (MAINWARING, 1989, p.41-43).

A Ação Católica tem origem no Brasil com a formação, em 1932, do movimento Juventude Feminina Católica (JFC). A partir da experiência da JFC, organizou-se a Juventude Católica Brasileira (de rapazes), os Homens da Ação Católica (HAC) e a Liga Feminina da Ação Católica (LFAC). Os três movimentos, agrupados e regidos por um mesmo estatuto, constituíram a Ação Católica Brasileira (ACB) em 1935 (LIMA, 1935; KHOURY, 1998).

Anteriormente, uma iniciativa marcante de dom Sebastião Leme havia sido a criação em 1922 do Centro Dom Vital", que passou a exercer

---

<sup>10</sup> Dom Leme tomou-se o único cardeal da Igreja no Brasil, após a morte do cardeal Arcoverde, em 1930. Em 1931, ele inaugurou no Rio de Janeiro o monumento do Cristo Redentor, durante um congresso com o mesmo nome, que serviria para apresentar reivindicações católicas e estreitar relações com o novo governo federal de então.

<sup>11</sup> Homenagem a dom Vital Maria Gonçalves, bispo de Olinda, que em 1874 proibiu o clero

significativa influência no desenvolvimento da Igreja e da vida política nacional. Inspirado na *Action Française*, o Centro aglutinava a elite da intelectualidade católica conservadora e defendia um nacionalismo de direita<sup>12</sup>. Este instituto tomou-se a base da Liga Eleitoral Católica (LEC), um grupo de articulação política e interlocução com o governo de Vargas. A opção de dom Leme pela criação da LEC, em vez de um partido político, contrariava uma tendência de outros países latino-americanos, onde se formava o Partido Democrata Cristão. No Brasil, este partido também se constituiria mais tarde, porém sem a mesma amplitude que veio a ter no Chile e na Venezuela, por exemplo.

No Centro Dom Vital, destacou-se a atuação de seu segundo dirigente, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athaide, que se tomaria no decênio de 1930 o grande líder da Ação Católica. Assim como dom Hélder Câmara, Amoroso Lima esteve muito ligado à direita católica naquela década, chegando até a apoiar o integralismo, mas depois, também sob inspiração dos filósofos franceses Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, veio a adquirir um pensamento progressista e tomar-se um importante propagador da doutrina social da Igreja. Além de secretário-geral do Centro Dom Vital e editor da revista *A Ordem*, Amoroso Lima era o único leigo que falava em nome da Ação Católica Brasileira, o que lhe conferia significativa proeminência no universo católico de então. Outro pensador católico brasileiro respeitado na época era Oliveira Viana, o qual, como funcionário público de carreira, exerceu influência na formulação das Constituições de 1934, 1937 e 1946.

Paralelamente ao fortalecimento do papel de ativistas católicos na sociedade brasileira, desenvolvia-se na Igreja o debate sobre a "questão operária", sobretudo através da reivindicação de um código que disciplinasse as relações de trabalho. No contexto de aproximação com o governo getulista deu-se, já em 1930, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado de "ministério da revolução" por Lindolfo Collor, em seu discurso de posse. Decidida a efetivamente participar do processo de organização sindical, a Igreja buscou uma parceria com esse ministério, cujo corpo técnico,

---

de sua diocese de celebrar missas numa loja maçônica, colocando-se assim ao lado dos grupos ultramontanos, fiéis ao papa e contrários à maçonaria (BRUNEAU, 1974, p. 61).

<sup>12</sup> Sob a direção de Jackson de Figueiredo, o Centro Dom Vital apoiou o integralismo, movimento fascista brasileiro.

incumbido de formular um código do trabalho, era composto em sua maioria por militantes católicos indicados por Amoroso Lima (SOUZA, J., 2002, p. 143-157).

A referência ideológica dos intelectuais católicos brasileiros de então era o *corporativismo*, perspectiva de "harmonização" de classes sociais, por meio da organização de trabalhadores por categorias profissionais (corporações) em suposta colaboração mútua. Tal concepção tradicionalista de uma "incorporação de trabalhadores pelo alto" representava a versão latina da terceira via católica, que acabou por casar-se muito bem com a política getulista como um todo. O aspecto progressista foi a pressão pela implementação de uma legislação social, sobretudo previdenciária. Uma face secundária da terceira via católica no Brasil traduzir-se-ia em iniciativas isoladas de mutualismo e cooperativismo, por parte de alguns militantes católicos de base."

No meio dessa militância de base surgiram os Círculos Operários, grupos de trabalhadores braçais que promoviam atividades comunitárias de educação e ajuda mútua e que começaram a ser organizados no Rio Grande Sul, em 1932. Logo, o conjunto desses grupos, chamado de circulismo operário, cresceu e consolidou-se como o "braço sindical" da Igreja no Brasil. O desenvolvimento do Movimento Circulista propiciou a criação em 1937 da Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos, que viria a ser reconhecida como órgão consultivo do Ministério do Trabalho, em 1941. A Confederação publicaria um *Código Social* em 1942, mesmo ano em que o Estado Novo consolidou a legislação trabalhista e organizou a Justiça do Trabalho (SOUZA, J., 2002).

Aliado do governo getulista, o circulismo tinha como grande inimigo o comunismo. Desde a década de 1920, o movimento comunista crescia, impulsionado pela fundação do Partido Comunista, em 1922. O discurso anticomunista católico foi decisivo na reaproximação institucional da Igreja com o Estado, uma vez que a separação oficial de ambos, com a Proclamação da República, havia gerado desconfiança mútua. Essa aliança deveu-se basicamente ao enfrentamento do comunismo, contra o qual se julgava necessário travar uma luta cotidiana em "todos os espaços e de todas as formas

---

<sup>13</sup>Essas iniciativas podem ser chamadas de "sementes católicas" do movimento de economia solidária, que se formaria ao final do século XX (SOUZA, A., 2006).

possíveis". Como modo de afirmação da identidade católica nacional, foram espalhados pelos locais de trabalho ícones católicos, sobretudo de Nossa Senhora Aparecida, declarada padroeira do Brasil em 1930. Houve uma intensificação do discurso demonizante da "desordem comunista", sobretudo nos ambientes operários.

Por outro lado, além de atacar o comunismo, era preciso oferecer "algo a mais" do que o alento comunista de um eventual futuro com justiça social, por meio da organização operária. Ou seja, era necessário de alguma forma consolar e amparar os trabalhadores em face de suas duras condições de vida. O circulismo propunha-se então a organizá-los, de modo a oferecer-lhes uma assistência de caráter religioso, moral, profissional e até material, nos casos extremos de carência. Rejeitava, contudo, a pecha de assistencialismo vulgar, procurando se distinguir de outros movimentos católicos, sobretudo do vicentismo. Os circulistas preconizavam a participação ativa de seus membros em sindicatos e aspiravam a instauração no país de uma "ordem social cristã", baseada no cumprimento rígido da legislação. No entanto, atuavam no sentido de destituir o indivíduo do conteúdo de classe social. Ou seja, ainda que de modo conservador, funcionando na prática como auxiliar do governo getulista, o Movimento Circulista valorizava a ação política.

Diferente da caridade apolítica entre vizinhos, praticada pelos vicentinos, o assistencialismo circulista tinha origem no *local de trabalho*, por meio da organização de grupos onde a política não era negada, mas sim subordinada à religião. Procurava-se preencher as brechas da vida cotidiana, entre o local de trabalho e a residência, sobretudo através das missas semanais e também dos eventos paroquiais, como quermesses, romarias, passeios e recreações. Fechava-se assim um verdadeiro círculo, onde o trabalhador evangelizado estava protegido de eventuais "contaminações subversivas".

Para dar conta de suas tarefas assistenciais, o circulismo criou "departamentos" de ensino, saúde, beneficência e defesa, cultura e lazer. O movimento visava instituir em torno do operariado uma rede de obras assistenciais, que propiciasse atendimento médico, jurídico, educacional, religioso e recreativo. Na primeira metade da década de 1940, o circulismo se desenvolveu consideravelmente, estruturando seus departamentos e criando mais um: o cooperativista. No âmbito dos círculos operários, formaram-se creches, escolas primárias e profissionalizantes, programas de assistência

médico-odontológica, além de algumas cooperativas de produção, consumo e crédito (SOUZA, I., 2002, p. 222-237).

A derrocada do Estado Novo, em 1945, levou a Igreja a redefinir sua atuação social. Terminava o ciclo da neocrisandade (MAINWARING, 1989). Em consonância com o discurso democrático emergente, a Igreja praticamente exorcizou as relações que mantivera com o regime anterior, procurando projetar uma auto-imagem de opositora ao Estado autoritário de outrora. Os círculos operários continuavam importantes para a hierarquia católica, mas desta vez como instrumentos de uma "sindicalização autônoma", pretensamente atuantes em outras regiões do país, além do Sul e do Sudeste.

Com a criação da CNBB em 1952, sob a liderança de dom Hélder Câmara, a Igreja no Brasil ganhou um impulso progressista, voltando-se para os problemas nacionais considerados de base. Ao longo da década de 1950, ela procurou propagar o circulismo operário para as áreas rurais do país, onde estavam se organizando associações assistenciais, com destaque para o que viria a se constituir como Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>14</sup>. Entretanto, o circulismo teve pouca penetração nesse meio, uma vez que era reconhecido como um movimento conservador, identificado com o populismo varguista.

Por outro lado, ao longo da década de 1950, trabalhadores rurais seriam relacionados a grupos comunistas na formação do que ficou conhecido como Ligas Camponesas<sup>15</sup>. No entanto, a sindicalização rural, impulsionada pela Igreja, sobretudo através do MEB, levaria a um enfraquecimento das Ligas

---

<sup>14</sup> Voltado para a alfabetização e a formação político-cultural de trabalhadores rurais, o MEB foi criado em 1961, a partir de uma experiência de programas radiofônicos educativos na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, sendo encampado pelo então bispo local, dom Eugênio Salles. O sucesso dos programas radiofônicos educativos fez com que a CNBB firmasse um convênio com o governo de Jânio Quadros para propagar a experiência (CAMARGO, C., 1971, p. 90; WANDERLEY, 1984). Paulo Freire foi o mentor intelectual desse movimento, tendo sido considerado um dos precursores da Teologia da Libertação.

<sup>15</sup> Grupos de trabalhadores rurais da região do Recife, Pernambuco, que recebiam "proteção política" do advogado Francisco Julião. Após trabalharem vários anos numa fazenda de cana-de-açúcar, esses camponeses se mobilizaram para formar uma cooperativa, que desencadearia o surgimento de outras cooperativas na região. O Partido Comunista empregava em seu discurso o termo "ligas camponesas". O movimento foi assim batizado pelo governo e pela imprensa, indicando uma suposta ligação com o PCB, então ilegal (CAMARGO, A., 1986).

Camponesas, dada sua abordagem cultural- não meramente economicista- dos trabalhadores rurais. Este foi o início de um processo que levaria mais tarde, em 1963, à fundação de uma importante entidade rural, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), até hoje existente (MARTINS, 1981).

Apesar de reconhecido pela cúpula eclesiástica como a principal corrente católica no ambiente operário, o circulismo fazia parte de um movimento mais amplo, o da Ação Católica Brasileira. *A priori* responsável pelo segmento operário, o circulismo enfrentava uma crescente concorrência de legitimidade com a Ação Católica Operária (ACO) - através da Juventude Operária Católica (JOC) - e com o próprio MEB, de orientação política de esquerda. A partir de um enfoque mais abrangente, verifica-se que os operários urbanos eram influenciados por dois grandes blocos que disputavam sua hegemonia político-cultural: de um lado, os comunistas, voltados exclusivamente para a orientação sindical e partidária; do outro, os grupos que enfatizavam os cursos de capacitação individual e a vida comunitária, para além do sindicato e do partido." Neste campo, o dos chamados "democratas", estavam os Círculos Operários e a recém-formada Frente Nacional do Trabalho (FNT).

Criada logo após o Concílio Vaticano II (1965), a FNT se constituiu como um espaço de articulação política dos agentes da Pastoral Operária (PO) com militantes sindicais não católicos, oriundos das chamadas escolas anarquistas. Essa é a origem da oposição sindical, que ficaria conhecida nas décadas de 1970 e 80 como o *novo sindicalismo* (MARTINS, H., 1994).

O circulismo teria na FNT, portanto, uma implacável concorrente, tanto no campo da organização e representação política dos operários quanto da captação de recursos oriundos de agências internacionais. A tensão interna do catolicismo brasileiro, que polarizou conservadores e progressistas; atravessaria as décadas de 1950 e 60, levando o circulismo a se tornar um importante aliado das forças políticas que acabariam por provocar o golpe militar de 1964, para o qual o apoio da Igreja perante a opinião pública nacional foi muito importante. Mais uma vez, o circulismo era nitidamente reconhecido como um movimento conservador. Com esse estigma e sem função relevante para o novo governo autoritário, o movimento se esvaziaria. A Igreja como um todo entrava numa nova fase de sua história no Brasil.

### 3 Teologia da Libertação, radicalização política e refluxo

Na passagem entre as décadas de 1950 e 60, houve uma intensa politização no meio de trabalhadores rurais e estudantes católicos. Aliás, a participação de jovens católicos no desenvolvimento do MEB e dos sindicatos rurais foi de grande importância. Organizados na Juventude Universitária Católica (JUC), eles gradativamente se interessavam pelas questões políticas envolvendo os problemas sociais, para além dos limites da própria Igreja. E isso teria desdobramentos significativos.

A **JUC** surgiu a partir de uma mobilização ocorrida no âmbito do Centro Dom Vital, chamada Associação Universitária Católica (AUC), que se propunha a congregar estudantes universitários católicos para juntos trocar experiências e reforçar a identidade religiosa. Esta logo se transformou num segmento da Ação Católica Brasileira, enquanto **JUC**, que teria papel decisivo no desenvolvimento do movimento estudantil do país, inclusive provendo líderes para a União Nacional dos Estudantes (UNE).<sup>17</sup>

Num primeiro momento, o envolvimento de jovens católicos na mobilização de trabalhadores rurais, sobretudo no processo de sindicalização, foi incentivado pela hierarquia católica devido ao temor da influência do Partido Comunista nesse meio. A Igreja temia uma grande mobilização rural que colocasse em xeque sua legitimidade e seu papel na sociedade brasileira.

Paralelamente à organização de trabalhadores rurais, desenvolvia-se um pensamento laico e autônomo entre os jovens católicos brasileiros, bastante influenciados pela esquerda católica francesa. Autores como Maritain, Mounier e padre Lebret tiveram influência decisiva nesse processo. A aproximação dos jovens católicos brasileiros com a esquerda católica francesa propiciou um crescente questionamento da sociedade capitalista, com decorrente posicionamento político. Ao discurso crítico dos intelectuais franceses, frente à relação dos países centrais com os periféricos, foram acrescidos elementos marxistas, gerando um forte apelo "à libertação e mesmo à revolução" (LOWY; GARCÍA-RUIZ, 1997).

O imaginário socialista ganhou força na América Latina a partir do êxito de Fidel Castro em Cuba, em 1959. Ernesto Che Guevara tomara-se um

---

<sup>17</sup>Aldo Arantes e José Serra foram os dois presidentes da UNE com proveniência da JDe e que fizeram significativas carreiras políticas.

ícone para jovens esquerdistas, sobretudo latino-americanos. No Brasil, os jovens católicos radicalizariam seu discurso e sua prática política, chegando a se aproximar do Partido Comunista. Tal posicionamento resultaria na formação em 1962 da Ação Popular (AP), um grupo dissidente da JDC, independente da Igreja e mais esquerdista.

O processo de politização esquerdista entre jovens avançava, e tanto a JDC quanto a JOC, organismos da Ação Católica Brasileira, acabaram por entrar em crise com a orientação conservadora da entidade. Devido à pressão por parte da hierarquia eclesiástica sobre esses grupos, eles se dissolveram, o que provocaria um engrossamento da Ação Popular.

A AP surgiu num contexto político marcado pela influência do PCB. Este partido preconizava a revolução *burguesa*, como forma de enfrentamento do suposto pacto entre "forças feudais e imperialistas" e também como condição prévia para a realização da revolução socialista subsequente. Uma lógica política extremada desenvolvia-se no ambiente desses jovens militantes. A AP se afastaria do humanismo cristão, como fonte de orientação de conduta de seus membros, aproximando-se do marxismo-leninismo e posteriormente do maoísmo. O grupo se alinhou ao PC do B, o que culminou na incorporação da maioria de seus integrantes a esse partido, em 1973. (LIMA, 1979; BEOZZO, 1984; ARANTES; LIMA, 1984; SEMERARO, 1994; RIDENTE, 2002).

O golpe militar de 1964 - que contou com o apoio dos segmentos católicos mais conservadores, sobretudo a Tradição, Família e Propriedade (TFP) – representa um momento importante também para a vida da Igreja. A partir de então ficou nítida a clivagem entre uma parte da Igreja considerada conservadora e chamada de "integralista" e outra tida como progressista e reconhecida como "popular". Num duro processo de perseguição política que perduraria anos, muitas pessoas entraram na clandestinidade, inclusive alguns militantes de proveniência católica. A AP, por exemplo, passou inteira para essa condição, porém com características distintas de outros grupos esquerdistas clandestinos.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Jacob Gorender (1988) destaca a particularidade da AP. Segundo ele, a prática da esquerda católica se diferenciava daquela adotada por outros organismos, por inserir-se na luta pelo socialismo a partir do chamado movimento de massas.

A AP concebia a necessidade de "libertação do homem das amarras do capitalismo", identificando-se explicitamente, portanto, como socialista. No entanto, seus membros avaliavam que os desdobramentos sociais e políticos da antiga União Soviética atentavam contra esse ideal de libertação humana, que deveria ser a essência de um regime socialista. A crítica ao stalinismo – ao centralismo autoritário soviético - iria se desenvolver na esquerda brasileira como um todo, com repercussões também na Igreja (ARANTES; LIMA, 1984).

Entre as décadas de 1960 e 70, as ditaduras militares endureceriam a repressão a seus opositores, no Brasil - notadamente a partir do Ato Institucional nº 5, de 1968 – e em outros países da América Latina. Foi nesse contexto que se desenvolveu a Teologia da Libertação, motriz ideológica de mudanças na Igreja e na sociedade abrangente. Era um momento da história latino-americana em que o tema da revolução ganhava espaço na cultura política de esquerda.

Na sua origem, a Teologia da Libertação foi chamada de "teologia da revolução". A conferência 'Igreja e Sociedade', organizada em 1966, em Genebra, Suíça, pelo Conselho Ecumênico Mundial, foi marcada pela reivindicação, por teólogos latino-americanos presentes, de "uma teologia da revolução como uma das prioridades da vida das igrejas naquele momento da história" (Cosmao, 1971, p. 72). Reuniões semelhantes tiveram essa mesma tônica na Europa, até 1968. Partia-se da premissa de que a América Latina estava sob tal condição de "dominação" que era preciso uma transformação radical, daí a reflexão sobre a via revolucionária (CaMBLIN, 1970; ANTOINE, 1971).

O termo *libertação* iria gradativamente se sobrepor ao anterior, apesar de o sentido, por algum tempo, permanecer o mesmo no imaginário de alguns militantes católicos. a que acabou acontecendo foi a passagem da idéia de revolução política, através da força, para a de *revolução cultural e massiva*, via "evangelização libertadora". Dando seqüência aos passos iniciados pela AP em seu texto-documento base, a Teologia da Libertação pretendia a emancipação, não do homem, genericamente concebido, mas do *pobre*, alvo de dominação na sociedade capitalista. A Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín (Colômbia), em 1968, seguiu essa linha.

Entretanto, a referência da revolução política permanecia forte nos planos dos grupos clandestinos de ativistas políticos latino-americanos,

inclusive católicos". No Brasil, o aniquilamento da guerrilha do Araguaia, em 1974, pôs fim à história recente de resistência armada à ditadura militar, prevalecendo a força repressiva do regime (RIDENTI, 1993, p. 63-65).<sup>20</sup> Apesar do extermínio da luta armada contra a ditadura brasileira, a Revolução Sandinista, ocorrida em 1979 na Nicarágua, reacendeu algumas aspirações de mudança brusca do poder constituído. A participação decisiva de católicos no movimento nicaraguense explicitou o papel da Teologia da Libertação como grande movimento provedor de militantes, não só para a própria Igreja, mas também para sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais."

Por outro lado, 1979 foi também o ano em que a ditadura brasileira concedeu a anistia aos exilados, bem como deu início ao processo da abertura política, "lenta e gradual". Com a perspectiva da redemocratização, a revolução deixaria de vez de fazer parte do ideário militante da quase totalidade da esquerda do país.

A Teologia da Libertação cresceu substancialmente nesse contexto de "resistência" ao regime militar. Caracterizava-se como um movimento liderado por teólogos cristãos latino-americanos, sobretudo católicos, com certo referencial marxista e perspectiva de renovação do pensamento religioso do

---

<sup>19</sup> Os primeiros sacerdotes latino-americanos a se engajar em movimentos de luta armada foram frei Caneca e padre Rolim, no Brasil, e os padres Hidalgo e Moreias, no México. Mas o caso que mais repercutiu foi o do padre colombiano Camilo Torres, morto no movimento guerrilheiro de seu país, em 1966 (HOUTART, 1988). No Brasil, além do padre Alípio Cristiano de Freitas - que por se dedicar à guerrilha abandonou o sacerdócio -, teve destaque a atuação dos religiosos dominicanos, sobretudo os freis Betto e Tito, que foram presos, torturados e se tomaram bastante conhecidos (BETTO, 1982).

<sup>20</sup> Nomeado bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, em 1971, dom Pedro Casaldáliga foi associado pela mídia e pelo governo militar ao movimento guerrilheiro (vinculado ao PC do B), o que até lhe custou uma prisão de alguns dias, em 1976. Grande expoente da Teologia da Libertação, dom Pedro promoveu por anos o culto aos "mártires cristãos", clérigos e leigos assassinados pelos regimes militares latino-americanos, entre os quais se destaca o arcebispo salvadorenho dom Oscar Romero, morto em 1980.

<sup>21</sup> Sacerdotes exerceram cargos relevantes no governo sandinista de Daniel Ortega, destacando-se a atuação de Ernesto Cardenal, ministro da Cultura e Miguel D'Escoto, ministro do Exterior. No Brasil, o "testemunho dos cristãos revolucionários nicaraguenses" realimentou o sentimento católico do dever de participação política (QUEIROZ, 1980; BETTO, 1980). Depois de três derrotas eleitorais, Ortega voltou ao poder ao vencer em 2006, desta vez não mais *incontestavelmente* visto como líder de esquerda, dadas as acusações de corrupção e as controversas alianças partidárias.

continente. Orientada por princípios do cristianismo primitivo, essa corrente teológica se propunha a impulsionar uma nova formação social para a América Latina, "por vias socialistas próprias" (SOARES, 2000, p. 31).

O livro *Teologia da Libertação: perspectivas*, do padre peruano Gustavo Gutiérrez (1971), é considerado inaugural, mas a figura central do Movimento é o teólogo brasileiro Leonardo Boff. Suas principais obras foram escritas nesse período caracterizado pela abertura democrática e pela renovação da cultura política do país. Em *Igreja, carisma e poder*, Boff (1981) critica duramente a instituição religiosa, denunciando uma "estrutura hierarquizada e centralizadora, comprometida com as classes dominantes". Nessa perspectiva, a Igreja apoiava justamente aquilo que a Teologia da Libertação se propunha a combater, a estrutura capitalista de classes sociais antagônicas.

A Teologia da Libertação impulsionou a Igreja a se fazer presente nos segmentos populares, sobretudo em áreas de conflito. Foram criados organismos católicos considerados de vanguarda, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que estaria mais tarde na origem da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST (POKER, 1999; IOKOI, 1996).

Os teólogos da libertação são herdeiros dos movimentos de juventude católica do período pré-golpe militar, no que se refere à combinação progressista de religião e política. A Teologia da Libertação desenvolveu-se num contexto marcado pela crise do marxismo-leninismo, com renovação de expectativas da esquerda brasileira frente ao processo de redemocratização formal. Junto com outros setores da esquerda do país, esses teólogos, sobretudo Boff, elaborariam uma crítica do sistema fortemente burocratizado do Leste Europeu, sem no entanto abrir mão da proposta de socialismo democrático, combinado com a "utopia do Reino de Deus", no discurso religioso.

A crítica ao modelo centralizador do socialismo soviético e o discurso valorizador da democracia e da participação cidadã, na reivindicação de direitos, não foram de modo algum monopólio da Igreja progressista, entre os anos de 1970 e 80. Eles foram, sim, elementos fundantes da mobilização mais ampla que propiciaria o desenvolvimento de movimentos novos de mulheres, negros, indígenas, etc (SADER, 1988). Esse é o caldo cultural em que se formou o novo sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores e aquele que já foi considerado, inclusive por setores da Igreja, como legítima

e praticamente exclusiva instância de representação política dos segmentos mais pobres nacionais, o Partido dos Trabalhadores.

A Teologia da Libertação se desenvolveu na América Latina como parte da cultura política de esquerda que se pautava no tema da revolução, numa tentativa de resposta à repressão dos regimes militares. Quando a perspectiva revolucionária entrou em refluxo, a Teologia da Libertação passou a se questionar, procurando reelaborar o diálogo com o marxismo e enfatizando a possibilidade de mudança social através de uma intensa democratização da sociedade. Do mesmo modo que o *operário* dos discursos anarquista e comunista dera lugar ao *pobre* na narrativa católica, este agora cedia espaço para outras categorias como a mulher, o jovem, o negro, o índio, etc. No lento processo de redemocratização formal das sociedades latino-americanas, as pastorais sociais católicas reivindicavam os chamados direitos das minorias, agora na perspectiva não da revolução, mas da democratização social.

Na conjuntura da ditadura militar brasileira, sobretudo na sua fase mais dura, a Igreja Católica havia se tornado um espaço privilegiado de organização popular, graças à ação de clérigos que corajosamente desafiavam sua instituição e enfrentavam o autoritarismo do regime." Com isto, a Teologia da Libertação ganhou legitimidade, força e visibilidade. Resgatando o ideário da terceira via, essa corrente teológica aprofundou a crítica à sociedade capitalista, porém com a mesma perspectiva humanista que a juventude católica havia adotado no questionamento das estruturas cerceadoras da liberdade individual. O compromisso cristão com um "socialismo democrático e humanista" conduzia a um movimento de contracultura, uma vez que o término da ditadura, na verdade, representava a transição para uma sociedade capitalista e liberal, revigorada."

---

<sup>22</sup> Destacaram-se nesse papel dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Aros, que intercederam diretamente pela integridade física e libertação de presos políticos. O cardeal Arns protagonizou aquele que foi considerado o maior ato de protesto contra a ditadura, em seu apogeu, a celebração da missa de sétimo dia do jornalista Wladimir Herzog, morto no cárcere em 1976. A repercussão desse ato é tida como um fator muito importante para o início do longo processo de reabertura democrática, embora o historiador americano Kenneth Serbin (2001) aponte o fato de a missa pela morte do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, também celebrada por dom Paulo, ter sido o marco inicial do enfrentamento da Igreja à ditadura e da própria formação do movimento pelos direitos humanos no Brasil.

<sup>23</sup> A abrangência da Teologia da Libertação vai além do meio intelectualizado de teólogos e

O caminho para o socialismo seria ainda mais questionado em 1989, com a derrubada do muro de Berlim, que simbolizou o início do desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, e a derrota do líder popular e então candidato da esquerda, Lula, na primeira eleição presidencial direta, após o fim do período militar. A Teologia da Libertação, que já vinha sendo podada desde a ascensão de Karol Wojtila ao papado e suas implicações", sofreu um grande revés quando seu líder máximo, o padre Leonardo Boff, se secularizou. Com seu afastamento, esse franciscano deixou de escrever sistematicamente em favor da Teologia da Libertação e contra o centralismo da Igreja, passando a se dedicar sobremaneira à temática ecológica.

Ainda que algumas idéias básicas da Teologia da Libertação tenham sido estruturalmente incorporadas pela Igreja e se evidenciem, principalmente nas ações das pastorais sociais", a instituição como um todo entrou numa fase considerada mais conservadora, do ponto de vista moral e, sobretudo, político. O avanço das igrejas pentecostais e o conseqüente crescimento do movimento católico em sua resposta – a Renovação Carismática - inegavelmente abafaram a Teologia da Libertação, provocando na Igreja uma atenção maior para suas questões internas, numa afirmação da identidade católica face à concorrência religiosa (PRANDI & SOUZA, A., 1996; PRANDI, 1997; SOUZA, A., 2005).

No âmbito do ideário da Igreja - em relação à sua inserção social nas camadas mais pobres da população e em termos de seu referencial político-ideológico – a questão que se coloca é o que a Teologia da Libertação teria deixado como legado, ou seja, o que ter-se-ia derivado daquela pujante

---

agentes de pastoral católicos. Perpassando segmentos progressistas do protestantismo histórico (ALVES, 1969; ALTMANN, 1994), ela se apresenta com uma dimensão cultural maior que as próprias igrejas, interferindo direta e indiretamente na organização de movimentos sociais, com destaque para o MST, o que faz Michael Löwy (2000) designá-la como *crístianismo da libertação*.

<sup>24</sup> Intervenção em dioceses progressistas - com destaque para a diminuição da Arquidiocese de São Paulo e do poder eclesial de dom Paulo Evaristo Ams, em 1989 - e no processo de formação de novos clérigos, através da nomeação de bispos conservadores e da censura aos teólogos mais críticos.

<sup>25</sup> Exemplo disso é a organização por essas pastorais de eventos como a chamada Semana Social Brasileira (SSB), ocasião em que a CNBB discute grandes problemas do país, por vezes desencadeando mobilizações mais amplas. A primeira SSB aconteceu em 1991, em comemoração ao centenário da *Rerum Novarum*.

e praticamente exclusiva instância de representação política dos segmentos mais pobres nacionais, o Partido dos Trabalhadores.

A Teologia da Libertação se desenvolveu na América Latina como parte da cultura política de esquerda que se pautava no tema da revolução, numa tentativa de resposta à repressão dos regimes militares. Quando a perspectiva revolucionária entrou em refluxo, a Teologia da Libertação passou a se questionar, procurando reelaborar o diálogo com o marxismo e enfatizando a possibilidade de mudança social através de uma intensa democratização da sociedade. Do mesmo modo que o *operário* dos discursos anarquista e comunista dera lugar ao *pobre* na narrativa católica, este agora cedia espaço para outras categorias como a mulher, o jovem, o negro, o índio, etc. No lento processo de redemocratização formal das sociedades latino-americanas, as pastorais sociais católicas reivindicavam os chamados direitos das minorias, agora na perspectiva não da revolução, mas da democratização social.

Na conjuntura da ditadura militar brasileira, sobretudo na sua fase mais dura, a Igreja Católica havia se tomado um espaço privilegiado de organização popular, graças à ação de clérigos que corajosamente desafiavam sua instituição e enfrentavam o autoritarismo do regime." Com isto, a Teologia da Libertação ganhou legitimidade, força e visibilidade. Resgatando o ideário da terceira via, essa corrente teológica aprofundou a crítica à sociedade capitalista, porém com a mesma perspectiva humanista que a juventude católica havia adotado no questionamento das estruturas cerceadoras da liberdade individual. O compromisso cristão com um "socialismo democrático e humanista" conduzia a um movimento de contracultura, uma vez que o término da ditadura, na verdade, representava a transição para uma sociedade capitalista e liberal, revigorada."

---

<sup>22</sup> Destacaram-se nesse papel dom Hélder Câmara e dom Paulo Evaristo Aros, que intercederam diretamente pela integridade física e libertação de presos políticos. O cardeal Aros protagonizou aquele que foi considerado o maior ato de protesto contra a ditadura, em seu apogeu, a celebração da missa de sétimo dia do jornalista Wladimir Herzog, morto no cárcere em 1976. A repercussão desse ato é tida como um fator muito importante para o início do longo processo de reabertura democrática, embora o historiador americano Kenneth Serbin (2001) aponte o fato de a missa pela morte do estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, também celebrada por dom Paulo, ter sido o marco inicial do enfrentamento da Igreja à ditadura e da própria formação do movimento pelos direitos humanos no Brasil.

<sup>23</sup> A abrangência da Teologia da Libertação vai além do meio intelectualizado de teólogos e

O caminho para o socialismo seria ainda mais questionado em 1989, com a derrubada do muro de Berlim, que simbolizou o início do desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, e a derrota do líder popular e então candidato da esquerda, Lula, na primeira eleição presidencial direta, após o fim do período militar. A Teologia da Libertação, que já vinha sendo podada desde a ascensão de Karol Wojtila ao papado e suas implicações", sofreu um grande revés quando seu líder máximo, o padre Leonardo Boff, se secularizou. Com seu afastamento, esse franciscano deixou de escrever sistematicamente em favor da Teologia da Libertação e contra o centralismo da Igreja, passando a se dedicar sobremaneira à temática ecológica.

Ainda que algumas idéias básicas da Teologia da Libertação tenham sido estruturalmente incorporadas pela Igreja e se evidenciem, principalmente nas ações das pastorais sociais", a instituição como um todo entrou numa fase considerada mais conservadora, do ponto de vista moral e, sobretudo, político. O avanço das igrejas pentecostais e o conseqüente crescimento do movimento católico em sua resposta - a Renovação Carismática - inegavelmente abafaram a Teologia da Libertação, provocando na Igreja uma atenção maior para suas questões internas, numa afirmação da identidade católica face à concorrência religiosa (PRANDI & SOUZA, A., 1996; PRANDI, 1997; SOUZA, A., 2005).

No âmbito do ideário da Igreja - em relação à sua inserção social nas camadas mais pobres da população e em termos de seu referencial político-ideológico - a questão que se coloca é o que a Teologia da Libertação teria deixado como legado, ou seja, o que ter-se-ia derivado daquela pujante

---

agentes de pastoral católicos. Perpassando segmentos progressistas do protestantismo histórico (ALVES, 1969; ALTMANN, 1994), ela se apresenta com uma dimensão cultural maior que as próprias igrejas, interferindo direta e indiretamente na organização de movimentos sociais, com destaque para o MST, o que faz Michael Löwy (2000) designá-la como *cristianismo da libertação*.

<sup>24</sup> Intervenção em dioceses progressistas - com destaque para a diminuição da Arquidiocese de São Paulo e do poder eclesial de dom Paulo Evaristo Aros, em 1989 - e no processo de formação de novos clérigos, através da nomeação de bispos conservadores e da censura aos teólogos mais críticos.

<sup>25</sup> Exemplo disso é a organização por essas pastorais de eventos como a chamada Semana Social Brasileira (SSB), ocasião em que a CNBB discute grandes problemas do país, por vezes desencadeando mobilizações mais amplas. A primeira SSB aconteceu em 1991, em comemoração ao centenário da *Rerum Novarum*.

corrente. Uma decorrência da idéia de *libertação*, além das outras já citadas, é a proliferação de iniciativas produtivas, sobretudo cooperativas, inspiradas nos princípios de autogestão, que compõem a economia solidária. Esse movimento tem como importante entidade de organização a Cáritas Brasileira".

A despeito do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais sociais ainda vigente e visível, em grande parte das dioceses e paróquias brasileiras, as práticas de intervenção social já não têm mais a conotação política de esquerda de outrora." Observa-se a proliferação de iniciativas identificadas com movimentos como o dos Focolares e, sobretudo, dos Carismáticos Católicos, destinadas ao trabalho assistencial com portadores de dependência química, dentre outros segmentos populacionais marginalizados. Cresce o número de integrantes desses movimentos, sobretudo jovens, que convivem em comunidades ou "famílias" de colaboração mútua (MARIZ, 2007), sem preocupação de questionar e tampouco enfrentar politicamente as grandes contradições sociais. Embora a cúpula da CNBB preserve o discurso politizado de esquerda, as bases da Igreja Católica no Brasil parecem ter se voltado ao assistencialismo prevaiente até a primeira metade do século passado.

---

<sup>26</sup> Implantada no Brasil em 1956, esta organização internacional católica define sua própria trajetória considerando três fases distintas da caridade por ela praticada: *a assistencial, a promocional e a libertadora* (CÁRITAS BRASILEIRA, 1991). Foi no contexto desta última, a partir da década de 1980, que se formaram os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), unidades economicamente produtivas daquilo que ela denomina de *economia popular solidária* (SOUZA, A., 2006).

<sup>27</sup> Na emblemática Arquidiocese de São Paulo, ao substituir dom Paulo Evaristo Arns, em 1998, dom Cláudio Hummes deu início ao processo de avaliação das "obras sociais" arquidiocesanas, culminando em algo que ele chamou de Seminário da Caridade. Tal empreitada marca um novo estilo de intervenção social na Arquidiocese. Em termos de enfrentamento do problema do desemprego, por exemplo, o arcebispo não priorizou o apoio à formação de cooperativas, conforme a proposta politizada de economia solidária, mas sim o trabalho de intermediação de mão-de-obra, ou encaminhamento de desempregados para vagas abertas conhecidas. As pastorais sociais passaram a agir com menos vigor em termos de contestações políticas (DOIMO, 2004). Ao assumir a chefia da Congregação para o Clero, no Vaticano, o cardeal Hummes foi substituído em 2007 por seu ex-auxiliar dom Odilo Pedro Scherer, o que indica claramente o prosseguimento dessa linha pastoral. Tal quadro não difere substancialmente das demais dioceses brasileiras (CERIS, 2000).

## Referências

- ALTMANN, Walter. 1994. *Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Sinodal.
- ALVES, Rubem. 1969. *A theology of human hope*. Washington, DC: Corpus Books.
- ANTOINE, Charles. 1971. *L'église et le pouvoir au Brésil: naissance du militarisme*. Paris: Desclée de Brouwer.
- ARANTES, Aldo ; LIMA, Haroldo. 1984. *História da ação popular da JUC ao PC do B*. 2. ed. São Paulo: Alfa- Ómega.
- AZZI, Riolando. 1994. *O exercício da caridade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: CEHILA. (mimeo).
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. 2000. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar,
- BELOZZO, José Oscar. 1984. *Cristãos na universidade e na política: História da JDC e da AP*. Petrópolis: Vozes.
- BETTO, Frei. 1980. *Nicarágua livre: o primeiro passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1982. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- BOFF, Leonardo. 1981. *Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes.
- BRUNEAU, Thomas. 1974. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola.
- CAMARGO, Aspásia. 1986. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel. v. 3.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. 1971. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap.

- CÁRITAS BRASILEIRA. 1991. *Mística e metodologia da caridade libertadora*. São Paulo: Loyola.
- CERIS. 2000. *Obras sociais da Igreja Católica: atividades das instituições socioeducativas e das paróquias*. São Paulo : Loyola; Anamec.
- CHIZOTTI, Geraldo. 1991. *Os operários da caridade: a Sociedade de São Vicente de Paulo em São Paulo (1874-1946)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CLARO, Mauro. 2004. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e auto gestão operária*. São Paulo: SENAC.
- COMBLIN, José. 1970. *Théologie de la Révolution*. Paris: Editions Universitaire.
- COSMAO, Vincente. 1971. *Théologies de la libération (Amérique Latine). Textes de Conférences de l'IRFED*. Paris: IRFED.
- DOIMO, Ana Maria. 2004. Pluralidade religiosa à brasileira, associativismo e movimentos sociais em São Paulo . In: AVRITZER, Leonardo (Org). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- DUARTE, Luiz Miguel. 1987. *Vicente de Paulo : servidor dos pobres*. São Paulo: Paulinas.
- GIUMBELLI, Emerson. 1997. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GORBY, Ivan. 1983. *Frédéric Ozanam ou la foi opérante*. Paris: Editions Téqui.
- GORENDER, Jacob.1988. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática.
- HOUTART, François. 1988. O papel dos religiosos no campo político: o caso de Camilo Torres. In: CEPIS. *Um cristão revolucionário: Camilo Torres*. São Paulo: CEPIS .
- IOKOI, Zilda. 1996. *Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo: Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec.

- KHOURY, YaraAun. 1998. *Inventários dos fundos: Juventude Agrária Católica do Brasil (JACB), Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB) e Juventude Independente Católica (JICB)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- LABORIE, Lanzac; DUTHOIT, Léon. 1997. *Frédéric Ozanam et la civilization de l'amouro* Paris: Beauchesne.
- LANDIM, Leilah (Org.). 1998. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau.
- LIMA, Alceu Amoroso. 1935. *Pela Ação Católica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. 1979. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- LÓWY, Michael. 2000. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_ \_\_ \_\_; GARCÍA-RUIZ, Jesus. 1997. Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, Paris, p. 9-32.
- MAINWARING, Scott. 1989. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense.
- MARAM, Sheldon Leslie. 1979. *Anarquistas. imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARIZ, Cecília Loreto. 2007. Comunidades de vida no Espírito Santo: um novo modelo de família. In: DUARTE, Luiz Fernando; HEILBORN, Maria Luiza; BARROS, Myriam Lins de; PEIXOTO, Clarice (Orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- MARTINS, José de Souza. 1981. *Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. 1994. *Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1975*. São Caetano do Sul: Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. 1984. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas.

MOLLAT, Michel. 1989. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus.

NOVAES, Regina. 1995. *Pobreza e trabalho voluntário: estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser.

\_\_\_\_\_. 1998. Juventude e ação social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa. In: LANDIM, Leilah (Org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau.

OLIVEIRA, Valter de. 2001. *Evolução da doutrina social da Igreja: histórico do pensamento dos papas e dos bispos do Brasil de Leão XIII a Pio XII em relação à questão social, ao capitalismo e ao socialismo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

POKER, Geraldo Alberto Bertocini. 1999. *Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de reforma agrária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PONTIFÍCIO CONSELHO DE JUSTIÇA E PAZ. 2005. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas.

PRANDI, Reginaldo. 1997. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Edusp e Fapesp.

\_\_\_\_\_; SOUZA, André Ricardo de. 1996. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

QUEIROZ, José J. (Org.). 1980. *A igreja dos pobres na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.

RIDENTI, Marcelo. 1993. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp.

- \_\_\_\_\_.2002. Ação popular: cristianismo e Marxismo. In: FILHO, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.
- RIVIERES, Madeleine des. 1986. *Ozanam: um sábio entre os pobres*. São Paulo: Paulinas.
- ROSEN, George. 1994. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Abrasco; Hucitec; Editora Unesp.
- SADER, Eder. 1988. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. 2002. *Frederico Ozanam: um militante da Igreja*. São Paulo. (mimeo).
- SCAMPINI, José. 1978. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Petrópolis: Vozes.
- SEMERARO, Giovani. 1994. *A primavera dos anos sessenta: a geração de Betinho*. São Paulo: Loyola.
- SERBIN, Kenneth. 2001. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIX, Jean F. 1991. *Vicente de Paulo*. São Paulo: Loyola.
- SOARES, Claudete Gomes. 2000. *Teologia da Libertação no Brasil: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SOUZA, André Ricardo de. 2005. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume.e Fapesp.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. 2002. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

André Ricardo de Souza

WEBER, Max. 2004. *A ética protestante e o "esplrito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras

WANDERLEY, Luiz Eduardo. 1984. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes.